

# AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS NAS CRÔNICAS DOS PRIMEIROS CONQUISTADORES LUSO-BRASILEIROS DO RIO GRANDE DO SUL

Julio R. Q. dos Santos<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII a Coroa de Portugal passa a demonstrar maior interesse pela área delimitada entre Laguna-SC e a Colônia do S. Sacramento. Conquistando-a paulatinamente e denominando-a de Rio Grande de São Pedro.

Num primeiro momento o Rio Grande restringia-se ao litoral, entre Torres e o rio Tramandaí, avançando rapidamente pelos Campos de Viamão adentro. Entretanto, não muito distante, a oeste e noroeste da Lagoa dos Patos estavam instalados sete povoados missioneiros, com as suas estâncias de criação de gado, ervais e vacarias, onde jesuítas e guaranis se apresentavam como vassallos da Coroa de Espanha.

Os Sete Povoados compunham um todo maior, trinta Missões Jesuítico-Guaranis. Estas possuíam papel primordial na estrutura do Império Colonial Espanhol, na América Meridional, principalmente guarnecendo as fronteiras vivas das áreas beligerantes entre a América Portuguesa e América Espanhola.<sup>2</sup> Portanto, o processo de emersão e continuidade do Rio Grande de São Pedro representa a ofensiva expansionista luso-brasileira no Brasil Meridional.<sup>3</sup>

Neste contexto tem início o processo de conquista do Brasil Meridional, efetuando-se a partir da denominação Rio Grande de São Pedro. Processo que obedece a três momentos distintos, ou seja: 1º) fase de sondagem lenta e gradual da área, expressa através de cronistas enviados ao local, ou por empresa própria, que descreviam e demonstravam a validade de ocupar a região entre 1701-1725; 2º) fase de ocupação do litoral e da primeira interiorização a leste e nordeste da Lagoa dos Patos. Esta principia com a "Frota de João Magalhães", 1725, quando sesmeiros ocupam a área, culminando com a doação oficial de terras em 1733; 3º) fase de posse definitiva, efetivando o que já vinha sendo delineado, a partir da fundação do

Presídio Jesus-Maria-José de Rio Grande, expandindo a fronteira étnico-cultural do Império Colonial Português. Neste instante alia-se à conquista o processo de colonização de uma vasta área que estende-se pelo espaço missioneiro.

## 2. CONQUISTADORES LUSO-BRASILEIROS E MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS

O primeiro passo no sentido de estender a soberania de Portugal sobre o Brasil Meridional foi dado com a fundação da Colônia do S. Sacramento (1680), na margem setentrional do Rio da Prata. Esta constituía-se num ponto nevrálgico entre as Coroas ibéricas, à medida que se apresentava-a como um desafio a hegemonia castelhana na Bacia do Prata, pois através de sua localização estratégica, ela impunha e definia valores econômicos e sócio-culturais do mundo luso na região.

José Honório Rodrigues chama a atenção para o fato de que:

“a fundação da Colônia tinha por fim assegurar não somente este território de imensas perspectivas econômicas como defender o comércio marítimo que se fazia nas margens do Prata, contrabando de tanta importância”.<sup>4</sup>

Isso explica todos os meios utilizados pelos luso-brasileiros para manterem tal baluarte às margens do Rio do Prata. Dentre eles: guerras, armistícios, tratados, povoamento, aculturação dos índios ou extermínio. No conjunto, estes elementos coadunados resultariam numa eficaz conquista do sul do Brasil.

A esta ação luso-brasileira os castelhanos reagiram. No mesmo ano de 1680, D. José Garro, contando com o apoio dos guarani-missioneiros, sitiou a colônia, tendo que devolvê-la a 7/5/1681 aos portugueses.

Da colônia do Sacramento até o Brasil colônia, São Paulo em diante percorria-se os Campos de Viamão, ou do Rio Grande de São Pedro, onde havia muito gado espalhado, oriundo da *Vacaria do Mar*, antiga reserva das Reduções Jesuítico-guaranis. Quando da retirada dos jesuítas e os seus guaranis cristianizados, 1640, deixaram o gado que se localizou entre os rios Jacuí e Negro.

Objetivando atender a Colônia, que estava sem apoio e isolada no Rio do Prata, Francisco Brito Peixoto funda Laguna, para resguardá-la, em 1686.

Exatamente no percurso Laguna-Sacramento, por terra, que o gado xucro da Vacaria é descoberto, iniciando a fase da preia do gado xucro.

Tanto foi a depredação que, em 1702, o padre Provincial Lauro Nuñez funda outra Vacaria. O padre Nuñez “escolheu os campos do Planalto Meridional, cercados por florestas e pelos taludes dos Aparatos da Serra. A quantidade de pinheiros deu o nome: Vacaria dos Pinhas”.<sup>5</sup>

Com a descoberta das Minas Gerais, provavelmente entre 1693-95, os tropeiros luso-brasileiros vão intensificando as suas investidas exploratórias sobre os campos de Viamão.

O sentido e a exploração do gado é apresentado por Simonsen da seguinte maneira: “as regiões do Sul tornaram-se as fornecedoras, por excelência, do gado muar e cavalor, cujo mercado crescera vertiginosamente com a indústria da mineração”.<sup>6</sup>

Assim, o gado recebe uma valorização através da mineração, fornecendo mulas para o transporte.

A economia colonial mineradora articula as diferentes regiões do Brasil, pois:

“A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Esses animais se concentravam na região de São Paulo onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões”.<sup>7</sup>

Sem dúvida, o fundamento econômico do expansionismo luso-brasileiro passaria a ser o gado e a sua valorização nos quadros do Antigo Sistema Colonial português, provocada pela mineração e pelo crescente consumo dos couros.<sup>8</sup>

A presença do tropeiro passou a ser constante na região, a ponto de em 1695 instalarem em Torres um registro para a cobrança de pedágio das tropas de gado, capturadas na Vacaria do Mar.<sup>9</sup> Isto prova o quanto a pecuária tornara-se um setor subsidiário da mineração.

Em suma, ao findar o século XVII, os luso-brasileiros percorriam os Campos de Viamão, adentrando a Vacaria do Mar, no intento de prear o gado. Concomitante a este acontecimento, urgia a necessidade de penetrar no território, criando núcleos para interiorizar e efetivar a conquista, a posse e a dominação da terra. De extremo a extremo do expansionismo luso-brasileiro, os baluartes Laguna e Sacramento, havia um hinterland, o qual deveria ser dominado.

A conquista luso-brasileira desta área atende, basicamente, a estes dois fatores: a atividade pecuarista como setor subsidiário da mineração<sup>10</sup> e respaldar a Colônia do S. Sacramento, o que significava possibilitar o expansionismo do mundo colonial português pelo Prata.

No limiar do século XVIII a Coroa de Portugal passa a demonstrar maior interesse pela área que viria a denominar-se, posteriormente, Rio Grande de São Pedro. Até então, a conquista, a subjugação da vasta extensão territorial entre Laguna-SC e a Colônia do S. Sacramento não havia se configurado. Estender os limites dos seus domínios, a bandeira da sua soberania, constituir-se-ia num fim maior.

Se num primeiro momento, em 1698, a “Terra da Promissão” da Manuel Jordão da Silva<sup>11</sup> não despertou grande interesse, numa outra conjuntura sócio-econômica, o cronista Manuel Gonçalves de Aguiar é encarregado de noticiar meticulosamente, em 1721, a ex-terra da Promissão, referida por Jordão.

Dessa forma, passariam pela “terra da Promissão” de Jordão os cronistas Domingos da Filgueira, Francisco Ribeiro, Manuel Gonçalves Aguiar e Francisco Brito Peixoto, até ser decidido, no ano de 1725, sobre a ocupação definitiva da terra, a partir da “Frota de João de Magalhães”. Tais crônicas foram reunidas e publicadas<sup>12</sup> e são de suma importância suas leituras e interpretação, porque representam o esteio, quando não a própria conquista do Rio Grande. Pois em cima delas se estruturou as táticas e estratégias no processo de conquista iniciado em 1703 e concluído em 1733, com a doação das primeiras sesmarias. Em última análise, estes acontecimentos demonstram a organização e estruturação da dominação luso-brasileira na região, a configuração da tardia integração ao mundo luso e os meios eficazes de expansionismo luso-brasileiro rumo ao Prata.

A dominação portuguesa estruturou-se e assentou-se, inicialmente, na faixa litorânea, enquanto no interior,<sup>13</sup> a oeste e noroeste desenvolvia-se num processo de europeização análogo à castelhana, orientado pelos padres da Cia. de Jesus, os quais catequisavam e transformavam os índios guaranis em índios do rei da Espanha.

Ambos, conquistadores luso-brasileiros e Missões Jesuítico-guaranis representavam interesses opostos, no que Maria Angélica Soler denominou de “conflitos de interesses ibéricos”.<sup>14</sup> Onde emergiam fronteiras étnico-culturais beligerantes, com valores intrínsecos, ratificando tal conflito.

Interessante que uma parcela da historiografia insiste que, no final do século XVII e início do XVIII, na transição, as fronteiras meridionais do Brasil se conservaram indecisas, desconhecidas e descuidadas, onde ninguém se preocupava em fixar ali o local, onde se tocavam as possessões espanholas e portuguesas.<sup>15</sup> Isto não é verdade, bem como não é verdade que a conquista

do Rio Grande foi pacífica.<sup>16</sup> O certo é que os processos de conquista, tanto luso como espanhol, foram acirrados e violentos, com muitos embates militares. O fato das Missões serem de fronteira e da preocupação castelhana em expulsar os luso-brasileiros da Colônia do S. Sacramento, demonstra que ambas as nações se preocupavam em fixar-se ali, justificando a bipolarização de interesses.

Por outro lado, as metrópoles ibéricas, no período de 1701-1737, encontravam-se numa situação de desequilíbrio político, à medida que aliançavam-se com Inglaterra (Portugal) e França (Espanha), onde cada país defendia os seus interesses próprios. Portanto, além da própria situação de enfrentamento, desencadeada pelo processo expansionista, na ação direta da conquista, os luso-brasileiros viam as Missões: Jesuítico-guaranis e o seu exército como fortes oponentes, os quais deveriam ser tratados desde a diplomacia até a guerra, ações que ficavam a mercê da situação metropolitana.

No desenfreado processo de conquista luso-brasileira as Missões, resguardadoras da fronteira, eram vistas como um desafio e urgia respostas eficazes. Estas poderiam ser discutidas num jogo diplomático, forjado através de alianças de equilíbrio. A exemplo disso tem-se os Tratados de Utrecht. Estes meios se justificavam à medida que conduziam para o fim maior, qual seja, desestruturar ao máximo a organização político-administrativa e econômica missioneira.

Para tal empreendimento, uma das primeiras medidas é o de se apossar do gado, base alimentar da economia missioneira. Esta intenção é claramente aludida nas crônicas de Manuel Jordão, Filgueira, Ribeiro, Aguiar, Cristóvão Pereira e possivelmente outros. Isto equivale a dizer que, enquanto os tropeiros dizimavam o gado, que servia para alimentar os guarani-missioneiros, além de estimular a economia colonial brasileira mineradora, também desestruturavam a organização missioneira.

Jordão, o cronista da "Terra da Promissão", mostra-se surpreendido com as cifras de gado existente na região.<sup>17</sup> O gado ao qual ele faz referências é o existente na *Vacaria do Mar*, pertencente às Missões.

Mais tarde, Domingos da Filgueira, em 1703, o notável cronista da "Viagem, por terra, da Colônia do Sacramento a Laguna", retomava a questão, alertando o quanto se achava de gado na região.<sup>18</sup>

Seguindo os passos de Filgueira, Francisco Ribeiro mostrou-se mais estrategista em 1704, demonstrando que a única solução para a efetivação do domínio luso-brasileiro na região seria a construção de fortalezas e povoações; demonstrando ter bem presente o problema fronteiriço, o qual se impunha, pois ficara admirado com o excessivo número de cabeças de gado, ao declarar: "A comodidade é admirável, pela excessiva quantidade de gado".<sup>19</sup>

Além da atividade pecuária, desenvolvida nas Missões Jesuítico-guaranis, Ribeiro atrela outro fator preponderante para o desenvolvimento dos povoados, ou seja, a fertilidade do solo, irrigado por uma excelente bacia hidrográfica e boa qualidade para o desenvolvimento da agricultura.

Afirma o cronista:

“tem estas terras, pela grandeza, comodidade, riqueza e fertilidade, sufficientíssimo sítio para nela se fazer em poucos anos um Reino muito maior que o de Portugal, principalmente ficando as Aldeias dos Padres no domínio livre de S. Majestade”.<sup>20</sup>

Sendo o solo fértil, na lógica do cronista, deveria ser conquistado imediatamente, porque ali estaria a riqueza e desenvolvimento de Portugal. Propunha ocupar a região, sem afetar a área dos povoados que ficavam “desde Noroeste até leste”.<sup>21</sup> Mas, sem dúvida, Portugal deveria se assenhorar da área rural dos povoados, ou seja, as estâncias, os ervais e os currais, fora os rios que serviam para o transporte dos produtos missioneiros.

Após esta crônica, em 1715 o juiz e os oficiais da Câmara de Laguna, ao emitirem as “informações sobre a Laguna e o Rio Grande”,<sup>22</sup> apelam pelo unitarismo econômico da região entre Laguna-Sacramento, sugerindo aos tropeiros que se apossassem do gado missioneiro, afirmando que: “pode ir matando gado que em tanta quantidade há por aquelas partes [das Missões também]”.<sup>23</sup>

Nas “Notícias Práticas da Costa e povoações do Mar do Sul”,<sup>24</sup> escrito no ano de 1721 por Manuel Gonçalves de Aguiar, percebe-se que os conquistadores luso-brasileiros sabiam claramente a quem pertencia o gado espalhado extensivamente nas Vacarias, ou seja, as Missões. Pois nas perguntas nº 16 e 20, do Governador das Capitânicas do Sul, Antonio de Brito e Menezes, evidencia-se a preocupação com o gado, localização e posse. A resposta de Aguiar é:

“o gado, que há nelas [Missões] é só da outra parte do rio chamado de Buenos Aires. Dizem-me que, indo-se por um rio dentro, a que chamam Capopoana, por onde se pode navegar (...) se vai matando da mesma embarcação o gado preciso para o sustento, e que este rio corta por toda a campanha até dar perto dos castelhanos”.<sup>25</sup>

Aguiar esclarece que esta parte, a qual está sendo conquistada, não é luso-brasileira, mas castelhana. Ora, sabemos que as Missões eram representantes da Coroa de Espanha na área, portanto está implícita a referência aos povoados missioneiros. Dessa forma, os cronistas deixam claro que se estava conquistando uma área já conquistada por outra frente européia, a espanhola.

No mesmo documento o cronista descreve uma técnica de depredação do gado, muito conhecida pelos conquistadores.

“No que toca a abundância de gado dizem-me que em tempo de secas desce inumerável ao dito Rio a beber água, e que no mais do tempo para se fazer a courama é fácil sair à campanha a fazê-la, principalmente havendo cavalos, o que os mesmos índios nos vendem, exceto no Rio Caboama (...) é mais dificultosa a courama”.<sup>26</sup>

Assim, o gado das Missões Jesuítico-guaranis desciam para as proximidades do arroio Pelotas e Rio Grande, onde eram preados, o que representa uma paulatina dizimação da base econômica missioneira, para atender os interesses mercantilistas luso-brasileiros, ratificados pelo processo de conquista. Uma vez dissipado o principal sustentáculo da economia missioneira, corria-se o risco dos guarani-missioneiros saírem errantes a procura de tal alimento, dos seus antigos habitats, enfim, de retornarem ao nomadismo. Todavia, o habitat natural do guarani à míngua era ocupado pelo europeu, o que equivale dizer que fora dos povoados não havia mais espaço, sócio-cultural para o indígena, a não ser a marginalização.

Quanto ao abate indiscriminado, ou o transporte de algumas centenas de cabeça para as feiras de Sorocaba, do gado, é apresentado por Cristóvão Pereira de Abreu, um dos esteios da Conquista luso-brasileira no sul, ao General Gomes Freire de Andrada, em 1737, da seguinte maneira:

“resolvi mandar dar nas tropas dos Padres da Companhia, que andavam no campo, para me refazer de cavalos e gado e carregar de carnes uma lancha que aqui se achava e mandá-la ao Brigadeiro”.<sup>27</sup>

Apesar de que os luso-brasileiros já estivessem alojados nas paragens rio-grandenses desde 1725, quando da vinda dos homens de João de Magalhães, e terem iniciado a tomar posse da terra em 1733, quando da doação das primeiras sesmarias, foi somente em 1737 oficializado este processo de conquista, com aporte de José da Silva Pais e conseqüente fundação do Presídio Jesus-Maria e José de Rio Grande.

Neste processo de conquista, as Missões Jesuítico-guaranis, guarnecedoras da fronteira, são tidas como inimigas, na medida em que se opunham ao expansionismo luso-brasileiro.

Tal idéia é esboçada na correspondência supra-citada de Cristóvão Pereira, como se observa na referência ao gado das Missões:

“No gado que se tomou ao inimigo se acharam menos de 400 cabeças, ou por engano na conta ou por perdido (...)

esse pareceu mandar 30 pessoas no campo colher mais alguns enquanto voltavam os próprios (...) e se recolheram com 1260 vacas somente”.<sup>28</sup>

Retirar o gado das Missões atendia duplamente aos interesses dos luso-brasileiros, porque representava a continuidade do processo expansionista enquanto dizimaria os habitantes dos povoados missioneiros. Deve-se levar em consideração as sábias considerações do Padre José Cardiel<sup>29</sup> sobre a necessidade de ser a economia missioneira eficaz para atender não somente o temporal, mas o espiritual. Se o temporal fosse mal, os guaranis na certa volveriam aos montes, bosques e campos, em busca da caça, das frutas e do gado nas estâncias.

Na perspectiva de manterem o guarani nas Missões e de defenderem as fronteiras do Império Colonial Espanhol, os padres da Cia. Jesus reagiram a ação lusa. Inicialmente fundando a Vacaria dos Pinhais (1701) para salvar o gado ainda não dizimado, como descrevem os próprios cronistas luso-brasileiros.<sup>30</sup> Enquanto atuavam militarmente na defesa da hegemonia castelhana na área.<sup>31</sup>

Todavia, as atividades econômicas nas Missões eram diversificadas, onde além da pecuária desenvolvia-se a agricultura com a produção da erva-mate, produto que sustentava economicamente os povoados. Foi tanto o desenvolvimento alcançado da erva-mate missioneira a ponto de concorrer com economia global paraguaia.<sup>32</sup>

Esta premissa nos é atestada nas crônicas dos luso-brasileiros:

“Desta erva, chamada por eles provechosa, há muita quantidade (...) nas Aldeias”.<sup>33</sup>

E, à medida que o expansionismo luso-brasileiro se efetuasse, tomando posse da erva, eles destruturariam a economia missioneira, almejando bons lucros. Ao menos é o que se percebe no dizer de Francisco Ribeiro em 1704: “só com ela [a erva-mate] se fazia excessivo negócio”<sup>34</sup> e se consolidaria o domínio luso na região.

Na mentalidade mercantilista da conquista lusitana da América Meridional sobressaia a preocupação com bens econômicos, que valessem gastos exploratórios, e possibilidade de abertura de novos espaços lucrativos. Isto explica a preocupação com o gado e com a erva-mate das Missões.

Outra idéia que mais caracterizou o mercantilismo português foi a preocupação com os metais preciosos. Esta esteve presente na argumentação dos primeiros cronistas, os quais acreditavam na existência de minas na área das Missões. Assim, desde Manuel Jordão (1698) tal idéia esteve presente na correspondência dos cronistas, de maneira bastante significativa, que ao referir-se

sobre as incursões de reconhecimento de Domingos de Brito com os filhos de Francisco Dias Velho, enfatiza que: “acharam estradas abertas a enxada e tiros, por estar povoadas as minas dos castelhanos, por padre da Companhia”<sup>35</sup>

Entretanto, em 1715 os luso-brasileiros não têm mais dúvidas, mas certeza da existência de minas no território das Missões, e afirmam:

“[Há] muitas minas de prata e ouro que distam poucas léguas do dito Rio Grande as quais senhoreiam os padres da Companhia castelhanos, com os gentios das aldeias”<sup>36</sup>

Aliam a este fator um outro, o gado missioneiro disponível nos campos. Ambos, as minas e o gado constituir-se-iam nas bases dos empreendimentos conquistáveis, por gerarem lucro para a Coroa de Portugal.

Geograficamente sabe-se que o rio Taquari estava nos domínios do espaço missioneiro e é exatamente do ouro existente na cabeceira deste rio que nos fala Aguiar em suas “Notícias Práticas...” de 1721.

Conforme Aguiar, os guarani-missioneiros, tutelado pelos padres jesuítas, estariam explorando a prata que havia na cabeceira do rio Taquari

“Haviam (...) minas de prata, por notícias que havia dado um índio apanhado naquelas partes a Francisco Dias Velho e ao Capitão-mor Domingos de Brito Peixoto; e com efeito foram estes com uma boa tropa a certificar-se do dito, e subindo pela serra chegaram perto do morro, onde o índio dizia havia a prata, mas ouvindo alguns tiros de espingardas, e mandando explorar o que seria, acharam situados já naquelas mesmas partes aos Padres Jesuítas Castelhanos com os seus índios com caminhos feitos de carros e cavalgadas, em que conduziam a prata para as suas aldeias, como foram sentidos, vendo ser maior o poder dos ditos Padres, e receando o ficaram todos mortos na empresa, se retiraram logo para Laguna”<sup>37</sup>

Aguiar deixa claro dessa forma que os jesuítas tinham tesouros muito bem resguardados e toda uma eficiente infra-estrutura de exploração, bem como uma excelente base de poderio tático-militar. Se havia tais tesouros ou não, uma boa parcela da historiografia já discutiu,<sup>38</sup> o certo é que não se encontra seqüelas na documentação imediato-posterior, mas sim um acirrado interesse por parte dos luso-brasileiros em conquistar um vasto território que apresentava mais do que câmoros de areia e não era tão inóspito quanto se pensava. Talvez existissem minas e isto valeria os gastos exploratórios.

Um último aspecto interessante, advindo das crônicas durante o processo de conquista recai sobre a visão do luso-brasileiro sobre o guarani-missioneiro.

Parece que os índios Minuanos afinaram mais com os propósitos colonizadores do Estado português, como é aludido nas instalações do rei,<sup>39</sup> o que equivale dizer que os mesmos seriam fiéis serviçais dos luso-brasileiros, no projeto expansionista, para a construção dos presídios e úteis nas manobras militares.

Entretanto, os guarani-missioneiros, ou os tapes como aparecem comumente na documentação, por serem oponentes ao domínio luso, que se estendia pelas paragens sulinas, são qualificados de hostis e bárbaros. Descritos por Simão Pereira de Sá num tom pejorativo:

“Os Tapes mais escandalizados que temerosos entraram por vingança a afugentar e debandar o gado vacum, que cobria a fertilíssima campanha, mas por este insulto consultando Cristóvão Pereira com o valor o castigo, mandou justificar a bárbara ação por 16 alentados companheiros, os quais achando preocupados os índios no denunciado trabalho, começaram de perto a intimá-los com as armas (...) Abalizaram meia légua de terra a seu costume bárbaro para a escaramuça, e com todas as vantagens, brandindo as lanças, entraram na peleja”.<sup>40</sup>

A passagem supracitada revela claramente a visão do conquistador que se opunha ao conquistado duplamente, por ser europeu e considerar-se pertencente a uma cultura superior, a do branco e defensor dos ideais de sua nação, onde a cultura e os ideais do conquistado não deviam ser respeitados. É impossível considerar os tapes-missioneiros nos avançados anos de 1737 como um bárbaro, porque o processo transculturador já decorria nas Missões pelo menos a uns bons quase cento e trinta anos. Os tapes que se degladiavam com os luso-brasileiros haviam assimilado boa bagagem da cultura cristã-européia.

Em última análise, isto demonstra o desprezo e o desenvolvimento dos conquistadores do “processo civilizatório” que tradicionalmente ocorria na região. Tal fato se explica na medida em que o guarani se opunha ao governo português e defendia o espanhol, e assim o ato de “vingança”, referido por Pereira de Sá, é mais uma reação ao desenfreado processo expansionista luso do que uma ação incongruente.

O conflito entre tapes e luso-brasileiros transforma-se numa válvula de escape para a tensa situação fronteiriça, vivenciada pelos Impérios coloniais, os quais a partir de então passaram a se degladiar ferrenhamente. Erguendo a bandeira do apaziguamento dos “bárbaros tapes”, os luso-brasileiros destruíam à míngua a ação político-administrativa das Missões Jesuítico-guaranis, conquistando novos espaços geo-políticos para a Coroa de Portugal.

A fundação do Presídio Jesus-Maria José de Rio Grande, em 1737, reveste-se de um sentido de posse da terra conquistada, pois os fortes serviam

para resguardar a fronteira e acima de tudo representavam uma porta aberta para a penetração lusa via Jacuí, em última instância traria os valores da sociedade européia. Ao mesmo tempo, o Forte constituía-se numa barreira à penetração do inimigo, no caso, a reação dos súditos da Coroa de Espanha, ou seja, os guarani-missioneiros. No Presídio aquartelavam-se novos súditos, agora de Portugal.

No intento de avançar rumo a colônia de S. Sacramento, novos fortes surgem no sítio do Arroio e Taim, onde, taticamente, Pereira de Sá nos confirma que:

“[em] todos estes fortes se montou suficiente artilharia com destacamentos competentes a defender e conservar o que já fazia temor aos índios [Tapés-missioneiros] e ciúmes aos castelhanos”.<sup>41</sup>

Neste espírito de conquista e avanço, os índios das Missões e os castelhanos são vistos como inimigos. Para vencê-los os luso-brasileiros criam guardas, que além de cobrarem pedágios das tropas de gado também eram um meio militar, onde prendiam os desertores e patrulhariam a área.

Por isso, Pereira de Sá comenta como os portugueses ocupavam militarmente e estrategicamente a área denominada Rio Grande de São Pedro, interiorizando os guarani-missioneiros e a fronteira.

Assim:

“Com esta singular e militar disposição logrou respeitosa imunidade sem jamais o inimigo atrever-se a desbaratarem forças pequenas”.

E questiona

“podia o soberbo castelhano virar as armas contra quem havia descoberto e adjudicado um Império à Coroa Portuguesa”.<sup>42</sup>

A força militar a qual refere-se o cronista é corroborada pelo alastramento pelo rio Jacuí, onde dizimavam, pilhavam e saqueavam as estâncias, os currais e os ervais. Portanto, novos desafios surgiram para as Missões Jesuítico-guaranis, onde deveriam ser encontradas soluções para tais casos.

Paulatinamente as Missões vão perdendo a função estratégica na questão fronteiriça, deixando de ser os guardiões da fronteira, frente ao acirrado expansionismo luso com suas modernas armas e táticas militares.

### 3. CONCLUSÃO

No século XVIII, a Coroa de Portugal, no intento de reorganizar o Império Colonial Português, envolve-se para a América, tratando de sedimentar os seus domínios. Para isso, a política expansionista de D. João V foi ousada e definitiva, espalhando-se por áreas ainda não conquistadas, como a do Rio Grande de São Pedro.

Os luso-brasileiros espalharam-se pelo nordeste sul-rio-grandense, conquistando a área paulatinamente, reincrementando-a a partir de 1725, através da “Frota de João de Magalhães”. Na década posterior, 1733, doar-se-iam as primeiras sesmarias, numa região de fronteira viva. Numa primeira instância, a ação governamental é incisiva, pleiteando a Banda Oriental do Uruguai, através da acirrada manutenção da Colônia do S. Sacramento, desenvolvendo a teoria da fronteira natural.

Para ratificar tais idéias foram de grande valia os cronistas luso-brasileiros, na medida em que instigaram e favoreceram o desencadeamento do processo de conquista.

A área visada é a das Missões Jesuítico-guaranis, devido a sua riqueza em gado, erva-mate, rios e fertilidade do solo.

Além desses fatores, os cronistas, corroborando com o processo de conquista, desenvolvem outras idéias, tais como: a riqueza da região se justifica pela existência de minas; o sucesso é garantido porque os guarani-missioneiros são bárbaros, selvagens aquém do estágio civilizatório; os verdadeiros donos da terra são os índios minuanos, aliados dos portugueses; e por fim, a área entre Laguna e Sacramento precisava ser conquistada para garantir do êxito do segundo e, além disso, constituía-se numa fronteira natural que não pertencia aos espanhóis, mas aos lusos.

Na verdade, os cronistas e conquistadores possuíam uma visão idílica sobre o Rio Grande, que não era terra de promessa, ou terra de ninguém, mas colonizada pelas Missões Jesuítico-guaranis. E assim, eles ratificaram velhas fantasias européias do Eldorado vir a ser no espaço missioneiro. Além disso, propagaram o fato de haver gado abundante na área a ser conquistada e esqueceram que o mesmo estava inserido num espaço alheio.

Estes fatores no conjunto transmitem duas mensagens importantes: primeiro, que valia a pena qualquer gasto exploratório com a região, como ereção de fortes, militarização e povoamento, porque ela não era inóspita, possuía bens econômicos, que lhe valiam, como o gado, a erva-mate e talvez a mineração, além das razões de ordem política, como manter as comunicações com a Colônia do S. Sacramento, resultando na eficácia ou não da soberania portuguesa na área; segundo, as Missões Jesuítico-guaranis apresentavam-se como um empecilho aos anseios expansionistas dos luso-brasileiros, daí a

necessidade de desestruturá-la, para garantir o sucesso do novo conquistador e isso significava apropriar-se dos bens econômicos das mesmas e do território, para usufruir das vantagens, mas acima de tudo reduzi-la ao estado de inoperância total. Além disso, não se pode esquecer o fato de que em muito os guaranis-missionários contribuíram na ação opoente ao expansionismo luso-brasileiro, o que ratifica ainda mais uma animada versão por parte dos segundos em relação aos índios guaranis cristianizados.

## NOTAS

1. Mestrando da PUCRS. Bolsista da CAPES.
2. Conferir SOLER, Maria Angélica C. "Colônia do Sacramento e Reduções: conflitos de interesses ibéricos". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. I vol., RJ, IHGB/IGHMB, 1979, p.127-60. KERN, Arno A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, 275p.
3. Conf. HAFKEMEYER, J.B., S.J. "A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul", RIHGRS, nº 29/30, 1928.
4. RODRIGUES, José Honório. *O continente do Rio Grande (1680-1807)*. SP, Brasiliense, 1986, p.20.
5. FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. 2.ed. Porto Alegre, ND/EST, 1986, p.34.
6. SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 8.ed., SP, Nacional, 1978, p.173.
7. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17.ed. SP, Nacional, 1980, p.77.  
Conferir FRANCO JR., Hilário e CHACON, Paulo P. *História econômica geral e do Brasil*. SP, Atlas, 1980, p.189-96; PESAVENTO, SANDRA J. *História do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, p.13-17.
8. Id., ibidem, p.173 e MARIANTE, Helio Moro. *A idade do couro no continente del Rey*. Porto Alegre, IGTF, 1979, p.27.
9. FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1988, p.25.
10. ELLIS JR., Alfredo. O ciclo muar. *Revista História*. São Paulo, nº 1, 1950. Neste artigo o autor acrescenta outra conotação ao uso do gado muar, ou seja, o quanto as lavouras canavieiras de São Paulo usavam.
11. Manuel Jordão da Silva escreve uma crônica no ano de 1698 considerada uma das primeiras tentativas de povoamento do Rio Grande.
12. CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre, EDUFRGS, 1981, 231p.
13. Usando a categoria analítica de DOCCA, Emílio F. Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1954.
14. SOLER, Maria Angélica C. Art. cit.
15. PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 26.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.94.

16. FORTES, Gal. J. Borges. *Rio Grande do São Pedro* (povoamento e conquista). Rio de Janeiro, Min. Guerra, 1941, p.9.
17. SILVA, Manuel Jordão (1698). Terra de promessa. In: CESAR, Guilhermino. Op. cit., p.53.
18. FILGUEIRA, Domingos (1703). Como viajar, por terra, da Colônia do Sacramento a Laguna. In: id., ibidem, p.59.
19. RIBEIRO, Francisco (1704). A colônia do Sacramento e o Rio Grande. In: Id., ibidem, p.64.
20. Id., ibidem, p.63.
21. Id., ibidem, p.63.
22. Juiz e oficiais da Câmara da Laguna (1715), informações sobre a Laguna e o Rio Grande, in: id., ibidem, p.70-4.
23. Id., ibidem, p.74.
24. AGUIAR, Manuel Gonçalves de (1721). Notícias práticas da costa e povoações do mar do sul. In: id., ibidem, p.75-85.
25. Id., ibidem, p.78.
26. Id., ibidem, p.82.
27. ABREU, Cristóvão Pereira (1737). Preparativos para receber a expedição de Silva Pais, in: op. cit., p.94.
28. Id., ibidem, p.95.
29. CARDIEL, Pe. José. *Declaraciones de la verdad*. Buenos Aires, Imprensa Juan Alcina, 1900, p.271-2..
30. Cf. correspondência cit. Filgueira e Ribeiro.
31. Cf. KERN, Arno A. As instituições militares. In: op. cit., p.149-207.
32. SOLER, Maria Angélica. Art. cit., p.148.
33. RIBEIRO, correspondência citada, p.65.
34. Id., ibidem.
35. JORDÃO, correspondência citada, p.52.
36. Juiz e oficiais da Câmara da Laguna, corr. cit., p.74.
37. AGUIAR, corr. cit., p.82.
38. KREBS, Carlos Galvão. Tesouros e subterrâneos jesuíticos. In: *Província de São Pedro*, nº 12, Porto Alegre, Globo, 1948.
39. DOCCA, E.F. Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1954, p.88; Carta de 17/8/1722, escrita de Laguna por Francisco Brito Peixoto a Rodrigo Cesar de Menezes. In: BORGES FORTES, op. cit., p.14.
40. PEREIRA DE SÁ, Simão (1737). Os fundadores do Rio Grande lutaram com os Tapes. In: CESAR, op. cit., p.100-1.
41. Id., ibidem, p.103-4.
42. Id., ibidem, p.102.